

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Relatório de Atividades

2º trimestre - 2013





RELATÓRIO DE ATIVIDADES-2º TRIMESTRE

Avenida Efigênio Sales, nº 1155,
Parque 10
CEP 69060-020
Manaus-AM
Fone: (92) 3301-8158 – Fax: (92)
3642-8882

PRESIDENTE

CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E
SILVA

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA
FILHO

CORREGEDOR

CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA
COSTA JÚNIOR

OUVIDOR

CONSELHEIRO LUCIO ALBERTO DE LIMA
ALBUQUERQUE

COORDENADOR GERAL DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA
PINHEIRO

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

CONSELHEIRO ANTONIO JULIO BERNARDO
CABRAL

AUDITORES

YARA AMAZÔNIA LINS R. DOS SANTOS
MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE-AM

PROCURADOR-GERAL
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE.....	3
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES.....	4
1. LEGISLAÇÃO.....	5
2. JURISDIÇÃO.....	6
3. AUTUAÇÕES.....	7
a. Montante de Autuações.....	8
4. CORPO DELIBERATIVO.....	10
a. Tribunal Pleno.....	12
b. 1ª Câmara.....	15
c. 2ª Câmara.....	16
d. Gabinetes de Conselheiros e Auditores.....	17
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL.....	18
6. CORREGEDORIA.....	20
7. OUVIDORIA.....	22
8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO.....	23
9. PROMOEX/DEPLAN.....	25
10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS.....	27
11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	34
12. DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO.....	36
13. SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO.....	37
14. ARQUIVAMENTO.....	42
15. CONCLUSÃO.....	42

ANEXO I



PALAVRA DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Excelentíssimos Senhores Deputados,

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com previsão e competência definidas na Constituição do Estado, é o órgão que auxilia os Poderes Legislativos Estadual e Municipais no controle externo das Administrações Públicas respectivas (art. 40 e 127), tendo jurisdição em todo o território estadual e sede na capital (art. 43).

No exercício de suas funções, cumpre-lhe encaminhar, trimestral e anualmente, à Assembleia Legislativa, o relatório de suas atividades, conforme redação do art. 127, § 1º, do diploma legal supracitado, e no art. 141, § 1º, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

Destarte, em respeito ao preceito acima apontado, segue Relatório Sintético das Atividades desta Corte de Contas, relativo à sua atividade fim, exercida pelo seu Corpo Deliberativo (Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras e Conselheiros Julgadores), Secretaria Geral de Administração, Secretaria Geral do Controle Externo, Corregedoria, Ouvidoria e PROMOEX.

É nosso objetivo com a apresentação deste relatório não apenas cumprir a legislação vigente, mas, sobretudo, tornar o processo de controle externo das contas públicas cada vez mais transparente.

Conselheiro ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



MISSÃO

A missão é o objetivo fundamental do TCE-AM, declara efetivamente a razão de sua existência, traduzindo as diretrizes gerais da organização e buscando a satisfação dos interesses e aspirações da sociedade amazonense.

“Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos por meio de ações de orientação e fiscalização em benefício da sociedade amazonense”.

VISÃO DE FUTURO

A visão representa o futuro que o TCE-AM deseja alcançar nos próximos anos e está diretamente relacionado com seus objetivos estratégicos.

“Ser referência como órgão de controle, reconhecido junto à sociedade amazonense pela eficiência de suas ações”.

VALORES

Os valores representam o conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que informam como devem agir no exercício de suas funções no TCE-AM.

EFETIVIDADE – Atuar com foco nos resultados sem prejuízo da qualidade, assegurando o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.

INDEPENDÊNCIA – Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia, com base na legalidade e no interesse público.

COMPROMETIMENTO – Atuar de forma técnica, profissional, competente, responsável, coerente e objetiva no desempenho de suas atividades.

RESPEITABILIDADE – Cumprir seus objetivos institucionais com retidão e transparência para adquirir a confiança dos jurisdicionados, servidores e sociedade.

MORALIDADE – Primar pela probidade, responsabilidade e honestidade em benefício da sociedade



1. LEGISLAÇÃO

O envio do Relatório Trimestral das Atividades do Tribunal de Contas do Estado à Assembleia Legislativa está determinado nos seguintes artigos:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

“Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O Tribunal de Contas do Estado encaminhará, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades à Assembleia Legislativa.”

LEI ORGÂNICA (LEI N.º 2.423/1996)

“Art. 141 - A fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa, na forma definida em seu Regimento.

§ 1º - O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º - No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.”

RESOLUÇÃO N.º 04/2002 - REGIMENTO INTERNO DO TCE

“Art. 318. Os relatórios a que se refere o § 1.º do artigo 141 da Lei n.º 2.423/96 conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal, consoante os critérios determinados em Resolução específica.”



2. JURISDIÇÃO

No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decide sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e das despesas deles decorrentes, procedimentos licitatórios e dos termos de autorização, concessão, cessão, doação, permissão de qualquer natureza a título oneroso ou gratuito, bem como aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

O Tribunal tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Estende-se também aos órgãos, repartições, serviços e pessoas que, fora do território do Estado, completem o seu aparelho administrativo.

MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS

Alvarães	Borba	Ipixuna	Maraã	São Paulo de Olivença
Amaturá	Caapiranga	Irاندوبا	Maués	São Sebastião do Uatumã
Anamã	Canutama	Itacoatiara	Nhamundá	Silves
Anori	Carauari	Itamarati	Nova Olinda do Norte	Tabatinga
Apuí	Careiro	Itapiranga	Novo Airão	Tapauá
Atalaia do Norte	Careiro da Várzea	Japurá	Novo Aripuanã	Tefé
Autazes	Coari	Juruá	Parintins	Tonantins
Barcelos	Codajás	Jutaí	Pauini	Uarini
Barreirinha	Eirunepé	Lábrea	Presidente Figueiredo	Urucará
Benjamin Constant	Envira	Manacapuru	Rio Preto da Eva	Urucurituba
Beruri	Fonte Boa	Manaquiri	Santa Isabel do Rio Negro	-
Boa Vista do Ramos	Guajará	Manaus	Santo Antônio do Içá	-
Boca do Acre	Humaitá	Manicoré	São Gabriel da Cachoeira	-



3. AUTUAÇÕES

A Divisão de Expediente e Protocolo – DIVEPRO é responsável pelo recebimento, protocolo, autuação, adequação física e distribuição de documentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Conforme a Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002 – RI-TCE/AM, a DIVEPRO providenciará a autuação dos documentos no prazo máximo de dois dias, devendo dar prioridade aos assuntos urgentes e àqueles para os quais sejam previstos procedimentos especiais.

Neste sentido, a DIVEPRO é de fundamental importância para o funcionamento pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Dentre algumas ações realizadas neste 2º trimestre de 2013, podemos destacar as seguintes:

- *Manutenção de todos os processos em relação à autuação e adequação física em dia, sem a formação de passivo;*
- *Recadastramento de processos de aposentadoria antigos, ainda não inclusos no sistema SCP;*
- *Redistribuição de atribuições com vistas a aumentar a eficiência das rotinas de trabalho;*
- *Incorporação de novos procedimentos de autuação de documentos no Sistema de Processos e documentos Eletrônicos – SPEDE;*
- *Incorporação de novos procedimentos de autuação de documentos no Sistema de Controle de Processos – SCP, no intuito de atender o Memorando nº 200/2012 – SECEX;*
- *Inserção desta Divisão no escopo da Política de Segurança da Informação – PSI.*
- *Treinamento para utilização do Sistema de Processos e documentos Eletrônicos – SPEDE, em decorrência do aumento do escopo e no Portal E-contas;*

*No 2º trimestre de 2013, foram autuados **2.062** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa.*

**DESEMPENHO DA DIVEPRO E RESULTADOS OBTIDOS NO 2º TRIMESTRE DE 2013 –
ABRIL A JUNHO DE 2013.****Processo - Recebimento Externo e Distribuição:**

MONTANTE DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS EXTERNOS				
DOCUMENTOS RECEBIDOS	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Ofícios	647	638	561	1846
Justificativas/ Defesas/ Requerimentos	928	506	539	1973
Cartas	254	316	375	945
Outros	212	72	79	363
Total Mensal	2041	1532	1554	5127
TOTAL GERAL				5127

Fonte: Protocolo de remessa de documentos dos meses de abril, maio e junho.

Processo - Autuação:

MONTANTE DE AUTUAÇÕES	
NATUREZA	QUANTIDADE DE PROCESSOS AUTUADOS
Administrativo	625
Admissão de Pessoal	29
Aposentadoria	503
Auditoria Operacional	-
Cobrança Executiva	213
Consulta	5
Denúncia	10
Devolução de Caução	-
Encaminhamento	01
Exposição de Motivos	-
Incidente de Inconstitucionalidade	-



Informação/Parecer conclusivo	-
Pensão	152
Prestação de Contas Anuais	08
Prestação de Contas de Convênio	164
Prestação de Contas de Termo de Responsabilidade	12
Procedimentos disciplinares	-
Projeto de Resolução / Instrução Normativa	02
Proposta	-
Recurso	167
Reforma	09
Reforma/Retificação de Reforma	01
Relatório	-
Representação	37
Retificação/Revisão de Aposentadoria e Reforma	27
Solicitação	01
Termo de Cooperação	01
Tomada de Contas de Convênio	19
Tomada de Contas Especial de Convênio	19
Tomada de Contas Especial de Termo de Parceria	03
Transferência	54
Transferência/Retificação	-
TOTAL	2062

Fonte: Relatório do Sistema de Controle de Processos - SCP de autuações por Local e Período de Autuação (01/04/2013 a 28/06/2013).

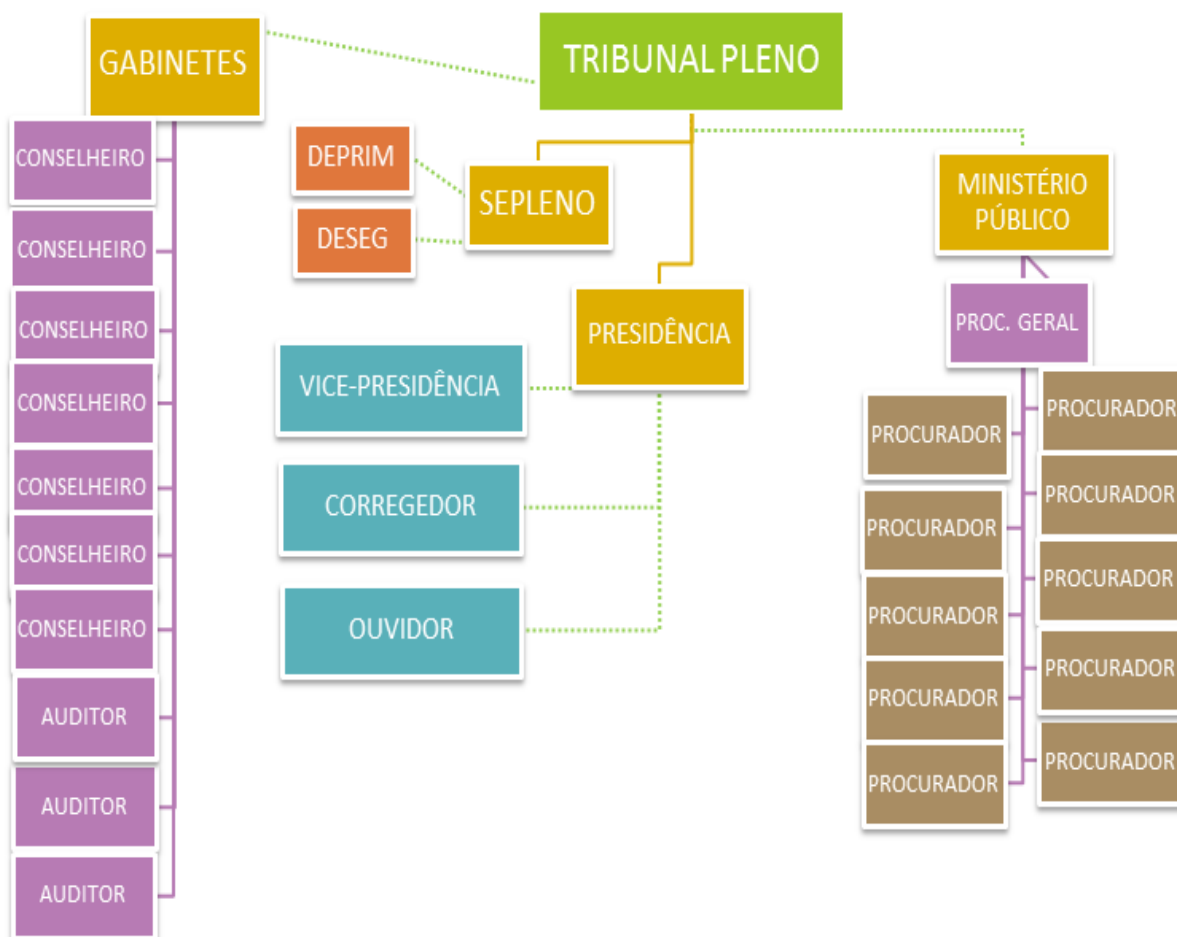


4. CORPO DELIBERATIVO

O Corpo Deliberativo do TCE é composto do Tribunal Pleno, 1ª e 2ª Câmaras e Conselheiros Julgadores.

O Tribunal Pleno e as duas Câmaras reúnem-se semanalmente em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias, sempre com a presença de um representante do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado.

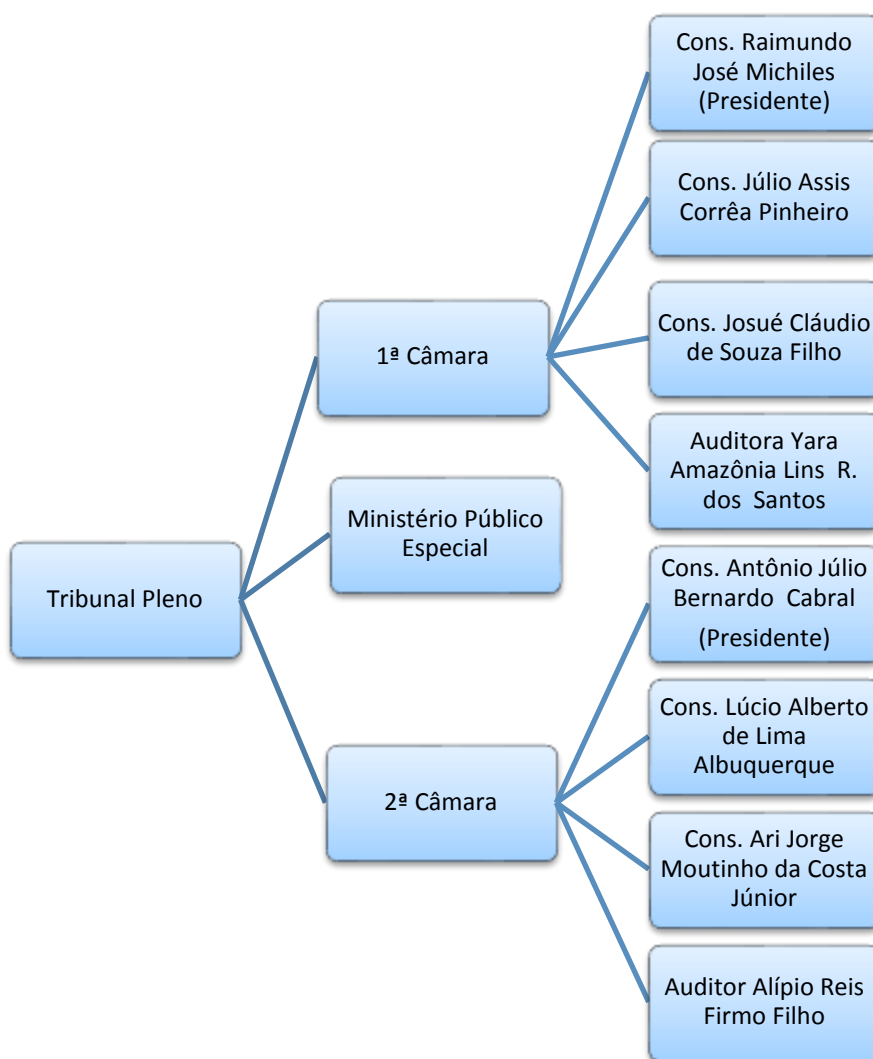
CORPO DELIBERATIVO





A 1ª Câmara é composta pelos Conselheiros Raimundo José Michiles (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e a Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

A 2ª Câmara é composta pelos Conselheiros Antônio Júlio Bernardo Cabral (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e os Auditores Mario José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho.



O Auditor Mário José de Moraes da Costa Filho atua perante a Corregedoria-Geral do Tribunal.



Os quadros a seguir apresentam os Relatórios de Atividades do Tribunal Pleno, da 1ª e 2ª Câmaras.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO
2º TRIMESTRE – 2013**

Conselheiro Lúcio Alberto de L. Albuquerque	
Prestação de Contas	005
Recurso	019
Representação	008
Denúncia	001
Subtotal	033
Conselheiro Antônio Júlio Bernardo Cabral	
Prestação de Contas	015
Recurso	032
Representação	010
Admissão	003
Denúncia	001
Tomada de Contas	001
Embargos	001
Inadimplência	006
Subtotal	069
Conselheiro Raimundo José Michiles	
Prestação de Contas	012
Recursos	010
Representação	006
Denúncia	005
Tomada de Contas	001



Inadimplência	007
Subtotal	041
Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro	
Prestação de Contas	006
Recurso	028
Denúncia	004
Representação	005
Consulta	005
Inadimplência	006
Embargos	001
Subtotal	055
Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho	
Prestação de Contas	008
Recursos	010
Representação	004
Denúncia	003
Tomada de Contas	001
Subtotal	026
Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior	
Recurso	016
Representação	004
Embargos	001
Consulta	002
Denúncia	002
Subtotal	025



Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos	
Prestação de Contas	014
Recurso	016
Representação	008
Denúncia	005
Consulta	006
Inadimplência	006
Aditivo	001
Devolução de Caução	001
Subtotal	057
Auditor Mário José de Moraes Costa Filho	
Prestação de Contas	015
Recurso	020
Representação	004
Embargos	003
Inspeção Extraordinária	001
Tomada de Contas	003
Devolução	001
Denúncia	003
Inadimplência	001
Subtotal	051
Auditor Alípio Reis Firmo Filho	
Prestação de Contas	003
Recurso	023
Representação	005



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

Consulta	002
Inadimplência	004
Denúncia	001
Subtotal	038
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	
395	

Fonte: SECPLENO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PRIMEIRA CÂMARA - DEPRIM
2º TRIMESTRE – 2013

PROCESSOS RECEBIDOS	4.458
PROCESSOS ENCAMINHADOS	4.504
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	1.486
CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES	374
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO	370
CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO	362
AUDITORA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS	377
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	0
PROCESSOS JULGADOS	1.678
ESPECIFICADOS POR CONSELHEIROS:	
CONSELHEIRO RAIMUNDO JOSÉ MICHILES	461
CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO	207
CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO	297
CONSELHEIRA CONVOCADA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS	76
AUDITORA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS	410
CONSELHEIRO CONVOCADO MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	26
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	1
PROCESSOS PERMANECIDOS OU SOBRESTADOS:	54
OFÍCIOS ENCAMINHADOS:	228
MEMORANDOS EXPEDIDOS:	15
EXTRATO DAS DECISÕES/ACÓRDÃOS PUBLICADOS NO D.O.E:	733
SESSÕES REALIZADAS	6

Fonte: DEPRIM

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEGUNDA CÂMARA - DESEG
2º TRIMESTRE – 2013**

PROCESSOS RECEBIDOS	3.858
PROCESSOS ENCAMINHADOS	4.286
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	1.389
CONSELHEIRO LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE	330
CONSELHEIRO ANTÔNIO JÚLIO BERNARDO CABRAL	326
CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR	286
AUDITOR ALÍPIO FIRMO	286
AUDITORA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS (SUBS. CONS. LÚCIO)	121
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DA COSTA FILHO	40
PROCESSOS JULGADOS	1.083
ESPECIFICADOS POR CONSELHEIROS:	
CONSELHEIRO LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE	240
CONSELHEIRO ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL	265
CONSELHEIRO ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR	280
CONSELHEIRO CONVOCADO ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	24
AUDITOR ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	141
CONSELHEIRO CONVOCADO MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO	10
AUDITOR MÁRIO JOSÉ DA COSTA FILHO	57
AUDITORA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS	66
ATA:	7
EXTRATO/ATA:	7
PROCESSOS PERMANECIDOS OU SOBRESTADOS:	885
PROCESSOS PUBLICADOS NO D.O.E:	1.130
PROCESSOS AGUARDANDO PUBLICAÇÃO NO D.O.E:	878

Fonte: DESEG



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

ENTRADAS E SAÍDAS DE PROCESSOS NOS GABINETES DOS CONSELHEIROS E AUDITORES										
SETOR	REMANESCENTES DO TRIMESTRE ANTERIOR	ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL DE ENTRADAS E SAÍDAS		PENDENTE PARA O PRÓXIMO TRIMESTRE
		ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS	
CONSELHEIRO LUCIO ALBUQUERQUE	10	308	289	233	216	166	197	707	702	15
CONSELHEIRO JULIO CABRAL	198	383	378	150	190	250	208	783	776	205
CONSELHEIRO RAIMUNDO MICHILES	909	413	441	364	451	309	410	1086	1302	693
CONSELHEIRO JULIO PINHEIRO	99	347	334	279	200	195	152	821	686	234
CONSELHEIRO JOSUÉ FILHO	23	330	345	288	282	168	179	786	806	3
CONSELHEIRO ARI MOUTINHO	104	349	283	148	160	206	212	703	655	152
AUDITORA YARA LINS	166	523	551	431	448	241	292	1195	1291	70
AUDITOR MARIO COSTA FILHO	8	206	182	199	193	103	124	508	499	17
AUDITOR ALÍPIO FIRMO FILHO	132	329	311	155	188	222	213	706	712	126
TOTAL DE ENTRADAS		3.188		2.247		1.860		7.295		
TOTAL DE SAÍDAS			3.114		2.328		1.987		7.429	
TOTAL DE REMANES. DO PRÍODO PASSADO	1.649									
TOTAL DE PENDENTES PARA O PRÓXIMO PERÍODO										1.515

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DOS GABINETES DE CONSELHEIROS E AUDITORES	
TOTAL DE REMANESCENTES TRIMESTRE ANTERIOR	1.649
TOTAL DE ENTRADAS	7.295
TOTAL DE SAÍDAS	7.429
TOTAL DE PENDENTES PARA O MÊS POSTERIOR	1.515



5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas é um Ministério Público Especial, portanto, órgão distinto dos demais Ministérios Públicos abrangidos pelo art. 128 da Constituição da República.

O art. 130 da Carta Magna concebeu o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas como um órgão especial, mas concedeu a ele os mesmos direitos, vedações e forma de investidura, relativos ao Ministério Público Comum.

Aliás, a natureza sui generis do Ministério Público que atua junto aos Tribunais de Contas correlaciona-se diretamente com o caráter também especial e de instituição independente (dos poderes constituídos) atribuído aos Tribunais de Contas pela Constituição Federal em seus arts. 70 a 75.

Ao Ministério Público Especial junto aos Tribunais de Contas compete promover, no âmbito da jurisdição da Corte de Contas, a defesa da ordem jurídica, visando, como órgão da lei e fiscal de sua execução, assegurar a observância dos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pela Administração Pública.

Sua Chefia cabe ao Procurador-Geral de Contas, nomeado pelo Governador do Estado, para mandato de dois anos. A competência do Ministério Público Especial está prevista nos artigos 113 e 114 da Lei n. 2423/96.

Composição:



Carlos Alberto Souza de Almeida (Procurador-Geral)

Evanildo Santana Bragança

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Elizângela Lima Costa Marinho

João Barroso de Souza

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire de Menezes



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS PROCURADORES DO MPE 2º TRIMESTRE - 2013

Procurador	Processos Remanescentes do Mês Anterior	Processos Recebidos no Trimestre		Parecer	Outras Manifestações	Sem Manifestação	Total	Processos Pendentes de Manifestação nos Gabinetes
		Dist	Ret					
Carlos Alberto Souza de Almeida	9	78	72	49	23	88	160	0
Evanildo Santana Bragança	62	417	126	388	28	134	550	43
Fernanda C. Veiga Mendonça	49	465	188	320	160	154	634	39
Evelyn F. de C. L. Pareja	49	439	116	352	51	160	563	29
Ademir Carvalho Pinheiro	82	174	94	68	389	62	519	64
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva	23	448	87	360	116	143	619	0
Elizângela Lima C. Marinho	61	432	154	412	33	101	546	65
João Barroso de Souza	76	447	108	251	168	128	547	12
Ruy Marcelo A. de Mendonça	113	453	111	358	76	128	562	85
Elissandra M. F. Menezes	17	412	103	419	25	97	541	7
TOTAL	541	3765	1159	2977	1069	1195	5241	344

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MPE 2º TRIMESTRE DE 2013

PEÇAS ORIGINÁRIAS				
Recursos	Representação		Requisição	Outros
4	INT	EXT	133	21
	3	10		
171				

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas

Competência	Pareceres	Outras Manifestações	Sem Manifestação	TOTAL
Tribunal Pleno	449	205	415	1069
Câmaras	2528	864	780	4172
TOTAL	2977	1069	1195	5241

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas



6. CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral objetiva proceder ao acompanhamento, avaliação e fiscalização da atuação do TCE/AM e do cumprimento de suas deliberações, assim como do desempenho, postura, comportamento ético, produção e produtividade dos seus diversos setores e servidores, conforme disposto no artigo 32 da Resolução n. 04, de 05 de maio de 2002.

As funções da Corregedoria-Geral são exercidas pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Junior, eleito Conselheiro Corregedor-Geral para o biênio 2012/2013.

Entrada / Saída de Documentos		ABRIL	MAIO	JUNHO
Local de Origem	Natureza	Quantidade	Quantidade	Quantidade
CONSULTEC	Relatório de Atividades	1	1	1
	Entrada de Processos	9	5	1
	Entrada de Ofícios – Câmaras Municipais	4	2	3
	Informações em Quorum	4	1	0
	Relatório Conclusivo	0	0	0
	Informações em Resolução	3	2	0
	Anteprojeto de Resolução	3	2	0
	Despacho Expedido	3	0	1
	Manifestação	14	12	7
DIVDOC	Relatório de Produtividade	1	1	1
DIVARQ	Relatório de Produtividade	1	1	1
	Total de Processos Arquivados	1.222	1.142	1.010
	Total de Processos Expedidos	259	250	98
	Total de Consultas no Arquivo	1.500	1.600	1.100
DIVSA	Total de Atestados	163	172	170
	Total de Consultas	492	346	381
	Total de Medicação	125	333	220
	Total ECG	7	9	8
	Total de Aferição de P.A.	35	51	52
	Total de Medicação de Glicemia	7	12	9
	Total de Aplicação de Medicamento injetável	8	7	3
	Total de Curativos	11	8	1
	Análise de Atestado Externo	85	83	87
	Outros/Adm	9	5	7
DIVMAN	Relatório de Atividades	1	1	1
DICREX	Arquivo	2.801	924	2.801
	Certidão	211	64	211
	Citação	165	57	165



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

	Cobrança Executiva Autuada	211	64	211
	Edital de Notificação	0	0	0
	Informação nova	102	35	102
	Ofícios Expedidos	113	48	113
	Memorandos Expedidos	226	67	226
	Recolhimento de Multa	R\$ 323.564,82	R\$ 95.605,80	R\$ 323.564,82
	Multas Aplicadas	R\$ 23.399.136,00	R\$ 291.614,58	R\$ 23.399.136,10
	Registro de Decisão/Revisão	1.611	537	1.611
	Termo de Quitação	40	20	40
	Termo de Remessa	211	64	211
DIVDONT	Relatório de Produtividade	1	1	1
DEPRIM	Sessões Ordinárias	2	2	2
	Sessões Extraordinárias	0	0	0
	Sessões Especiais	0	0	0
	Processos Recebidos	1927	1260	1.271
	Processos Encaminhados	1632	1630	1.242
	Processos Distribuídos	472	535	474
	Processos Julgados	325	458	695
	Processos Sobrestados	59	59	54
	Ofícios expedidos	57	81	90
	Memorandos Expedidos	3	6	6
	Extrato de Decisões - Publicadas no DOE	484	249	0
	Extrato de Decisões - Aguardando Publicação no DOE	325	534	1.229
	Edital	1	0	1.176
	Processos Recebidos	1355	1327	1.447
DESEG	Processos Encaminhados	1650	1189	306
	Processos Distribuídos	726	357	261
	Processos Julgados	551	271	2
	Ata	3	2	2
	Extrato/Ata	3	2	0
	Ofícios Encaminhados	0	-	-
	Memorandos Expedidos	0	-	-
	Processos Permanecidos/Sobrestados	736	874	885
	Processos Publicados no DOE	465	285	380
	Processos Aguardando Publicação	1011	997	878
	Relatório de Produtividade	1	1	1
	Relatório de Atividades	1	1	1
	Processos Recebidos	72	83	47
	Parecer	60	31	27
DIJUR	Diligência	2	2	1
	Processos sem Manifestação	8	46	19
SEGER	Relatório de Produtividade	1	1	1
	Total de Movimentação de Correspondência	1.979	2.323	2.781
	Total de Movimentação Diversa	53	27	33



7. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM, criada através da Resolução N.º 02 de 09 de fevereiro de 2006, é o canal de comunicação de rápido e fácil acesso entre o Tribunal, a sociedade e demais interessados.



Objetivos principais:

- Ampliar o controle social das atividades desenvolvidas pelo TCE-AM;
- Fortalecer a cidadania e a democracia participativa;
- Ser um canal de comunicação e fácil acesso a informação em relação aos anseios e sugestões dos cidadãos-usuários;
- Oferecer insumos para as auditorias realizadas pelo TCE – AM.

A Ouvidoria do TCE-AM é um serviço de participação social, disponível ao cidadão, para que este possa oferecer denúncias, críticas, sugestões e/ou até elogios às atividades desenvolvidas pelo TCE-AM e jurisdicionados; contribuindo dessa forma para o fortalecimento da cidadania, democracia participativa e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Está disponível a toda Sociedade Amazonense, tanto na capital, quanto ao mais longínquo interior do Estado, bem como aqueles que mesmo fora do Estado detenham informações que forneçam insumos as auditorias do TCE-AM ou procurem informações pertinente as suas atribuições. Os meios de entrada são os mais diversos, cartas, e-mails, telefones, pessoalmente, ou pelo próprio endereço eletrônico do Tribunal, tudo de forma a facilitar a participação popular.

Assim sendo, a legitimidade para propor tais ações no TCE-AM fica clara em seu Regimento Interno, que assim dispõe no art. 279, in verbis:

“Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para na forma da lei denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, sobre administradores e demais responsáveis por dinheiro público estaduais e municipais.” (grifo nosso).”

As funções da Ouvidoria são exercidas pelo Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, eleito Conselheiro Ouvidor-Geral para o Biênio 2012/2013 e seu Relatório Trimestral encontra-se no Anexo I.



8. CONSULTORIA TÉCNICA E DIRETORIA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

A Diretoria da Consultoria Técnica (CONSULTEC), instituída nos termos da Lei 3.138, de 28 de junho de 2007, subordina-se hierarquicamente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado e recebe apoio administrativo da Secretaria Geral de Administração.

A CONSULTEC tem como finalidade emitir relatórios, laudos técnicos, pareceres ou informações, sobre questões submetidas a seu exame em assuntos de natureza jurídica, bem como, executar outras atribuições determinadas pelo Conselheiro Presidente ou pelo Tribunal Pleno; assistir e assessorar o Presidente, os Conselheiros, os Auditores e demais setores do Tribunal nas matérias de sua competência.

A Diretoria do Departamento Jurídico (DIJUR) é subordinado à CONSULTEC e cumpre a função de dar assessoria técnica à Presidência em todos os processos administrativos cujo relator é o Conselheiro Presidente, e, também, de emitir pareceres, nos quais aprecia a legalidade e a possibilidade jurídica de atendimento do pedido, antes de ser submetido a julgamento pelo Colendo Tribunal Pleno.

Afora os pareceres, diligências são formuladas com a finalidade melhor instruir os autos e atender às determinações legais impostas pela legislação quanto à instrução dos processos.

A DIJUR atua no acompanhamento de ações judiciais, em nome desta Corte de Contas, que estão em trâmite no Poder Judiciário, em nome da Corte de Contas e auxilia, ainda, a Secretaria Geral de Administração na elaboração dos termos de obrigações, contratos e convênios firmados pelo Tribunal, e sempre que solicitado, na elaboração dos atos normativos desta Corte.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CONSULTEC
2º TRIMESTRE – 2013**

PROCESSOS	ABRIL	MAIO	JUNHO
Entrada de Processos	06	05	01
Entrada de Ofícios – Câmaras Municipais	04	02	03
Informações em Quórum	04	01	-
Relatório Conclusivo	-	-	-
Manifestação ao SIP – Sistema de Informação Pública	14	12	01
Anteprojeto de Resolução	03	02	0
Despacho Expedido	03	-	01
Parecer Expedido	-	-	-
Informação em Resolução	03	02	-
Exposição de Motivos	-	-	-
Informações Diversas	-	-	-

Fonte: CONSULTEC

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIJUR
2º TRIMESTRE - 2013**

ADMINISTRATIVO			
PROCESSOS	ABRIL	MAIO	JUNHO
ENTRADA			
Processos	72	83	47
SAÍDA			
Parecer	60	31	27
Diligência	02	02	01
Exposição de Motivos	-	-	-
Despacho	-	-	-
Processos sem Manifestação	08	46	19

Fonte: DJUR



9. PROMOEX / DEPLAN

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios - PROMOEX tem como objetivo a modernização e o fortalecimento institucional do sistema de controle externo no âmbito dos estados e municípios brasileiros, de forma a garantir a sua integração nacional e aumentar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, contribuindo para a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais, em benefício da sociedade.

O PROMOEX, como programa de ação permanente, estabelece, em sua primeira fase, as principais linhas de ação: portal dos Tribunais de Contas; compartilhamento de controles informatizados sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outros pontos de controle; comunicação institucional e integração com a sociedade; definição de parâmetros consensuais sobre a atuação dos Tribunais em áreas específicas e capacitação em Auditoria Operacional. Portanto, a estratégia adotada na condução das ações é definida em três grandes direções: pessoas, processos e tecnologia.

O Departamento de Planejamento e Organização (DEPLAN) tem como atribuições, entre outras, coordenar e articular o processo do Planejamento Estratégico com a formulação de planos estratégicos, táticos e operacionais do Tribunal; desenvolver ações para a melhoria da qualidade das metodologias utilizadas nos planejamentos globais e setoriais do Tribunal; promover a avaliação sistemática dos planos e sua integração com as diretrizes do Tribunal; acompanhar o desenvolvimento dos planos e das metas das unidades do Tribunal.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

ATIVIDADES
1. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste Tribunal referente ao mês março de 2013, para alimentação no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas- SPLAM;
2. Reunião com o comitê instituído pela Portaria nº 091/2013-GPDRH a fim de serem elaboradas as atividades necessárias para a Implantação e Implementação do Planejamento Estratégico do TCE/AM 2012-2016;
3. Reunião com os novos setores que passaram a ter a Produtividade aferida pelo Índice de Execução de Projeto Relacionado ao Planejamento Estratégico com a finalidade de informar como seria o relatório a ser enviado mensalmente, conforme disposto na Portaria nº 156/2013-GPDRH;
4. Alinhamento junto a ECP da capacitação de Gerenciamento de Projeto e Capacitação Aplicada a Plataforma Channel;
5. Reunião com os gestores dos setores que desenvolvem projeto a fim de indicarem os servidores que iriam participar da capacitação de Gerenciamento de Projetos;
6. Os servidores lotados no DEPLAN participaram da capacitação de Gerenciamento de Projetos no período de 15 a 26 de abril;
7. Encaminhada pesquisa aos membros do Corpo Deliberativo deste Tribunal, Secretários, Diretores e Chefes com o objetivo de colher as expectativas quanto aos resultados a serem alcançados na Implantação e Implementação do Planejamento Estratégico;
8. Após recebermos os relatórios de execução do Programa de Produtividade dos setores cujos indicadores são Índice de Execução de Projeto Relacionado ao Planejamento do TCE-AM e Índice de Cumprimento de Demanda referentes ao mês de março, elaboramos os relatórios consolidados para os efeitos da folha de pagamento do mês de abril e encaminhamos à Diretoria de Recursos Humanos;
9. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste Tribunal referente ao mês de abril de 2013, para alimentação no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas- SPLAM
10. A equipe se reuniu com a finalidade de analisar e compilar o resultado da pesquisa sobre as expectativas quanto aos resultados a serem alcançados na Implantação e Implementação do Planejamento Estratégico;
11. A equipe iniciou a preparação do conteúdo do treinamento, a título de Multiplicação, da capacitação em Gerenciamento de Projetos Aplicado ao Channel a ser ministrado a servidores deste TCE;
12. Reunião com o Comitê do Planejamento Estratégico na qual ficou registrada a necessidade de capacitações para os membros do comitê a fim de executarem suas atribuições;
13. Reunião com os gestores e servidores que participaram da capacitação Gerenciamento de Projeto a fim de indicarem os quais servidores que iriam participar da “Capacitação Aplicada ao Sistema Channel : Módulo Projetos” a ser realizado em maio;
14. Os servidores lotados no DEPLAN participaram da “Capacitação Aplicada ao Sistema Channel : Módulo Projetos” no período de 13 a 17 de maio;
15. Após recebermos os relatórios de execução do Programa de Produtividade dos setores cujos indicadores são Índice de Execução de Projeto Relacionado ao Planejamento do TCE-AM e Índice de Cumprimento de Demanda referentes ao mês de abril para a elaboração da folha de pagamento do mês maio, a equipe fez a consolidação das informações, elaborou o relatório e encaminhou a essa Presidência;
16. Compilação das informações recebidas pelos Setores deste Tribunal referente ao mês de maio de 2013, para alimentação no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas- SPLAM
17. O Setor solicitou da Empresa JExperts, detentora do software Channel , o envio de proposta de Capacitação Conceitual de Gestão Estratégica com Balanced Scorecard e Coaching em Planejamento Estratégico Aplicado ao Channel, a ser ministrado para membros do comitê do Planejamento Estratégico e outros servidores deste TCE, encaminhando em seguida para a Escola de Contas Públicas;
18. Fizemos pesquisa junto aos Tribunais de Contas para colhemos informações quanto aos procedimentos utilizados para conseguirem implantar o Planejamento Estratégico;
19. Reunião com setores cujo Programa de Produtividade é aferido pelo Índice de Execução de Projeto Relacionado ao Planejamento Estratégico com a finalidade esclarecer os dispositivos na Portaria nº 244/2013-GPDRH;
20. Após recebermos os relatórios de execução do Programa de Produtividade dos setores, cujos indicadores são Índice de Execução de Projeto Relacionado ao Planejamento do TCE-AM e Índice de Cumprimento de Demanda referentes ao mês de maio, para a elaboração da folha de pagamento do mês junho, a equipe fez a consolidação das informações, elaborou o relatório e encaminhou a essa Presidência
21. A equipe concluiu as tarefas necessárias para o treinamento, a título de Multiplicação, da capacitação em Gerenciamento de Projetos Aplicado ao Channel a ser ministrado a servidores deste TCE neste mês de julho;

Fonte: PROMOEX/DEPLAN



10. ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS



A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECP/AM, criada pela Lei nº. 3.452 de 10 de dezembro de 2009, destina-se ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como à realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados.

Tem a missão de impulsionar e desenvolver a função pedagógica do Tribunal de Contas, orientando seu quadro de servidores e jurisdicionados para prática de atos administrativos eficazes, através de programas de aperfeiçoamento e qualificação, e ainda, fortalecer a participação cidadã no processo fiscalizatório. As funções de Coordenador Geral da ECP são exercidas pelo Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, eleito para o Biênio 2012/2013.

ATIVIDADES INSTRUTIVAS	
DATA/HORA	CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS
De 1 a 5/4/2013	1 – CURSO SOBRE OS SISTEMAS INFORMATIZADOS UTILIZADOS NO TCE/AM (ACP, SPEDE, SCP, NED, E-CONTAS) Descrição sumária: Curso sobre os sistemas eletrônicos adotados pelo Tribunal, realizado na sala de treinamento de Informática. Ministrado pelos técnicos do TCE Rosa e Artur Melo, para um público de 14 servidores, com um total de 40 horas.
8h às 12h e das 14h às 17h	
De 15 a 19/4/2013	
Das 8h às 12h	2 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E 9 – GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS Descrição sumária:
	Cursos sobre Execução orçamentária, Financeira e Patrimonial e Gestão de Transferências Voluntárias, ministrados pelos servidores Adalberto Silva dos Santos e Carlos Alves, no município de Manacapuru, com apoios dos servidores Clara Belota e Antônio Machado, para 390 participantes dos órgãos



e das 14h às 17h	jurisdicionados do Estado do Amazonas, com carga horária de 40 horas.
De 1 a 10/4/2013	3 – CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO: GESTÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES Descrição sumária: Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública – Módulo sobre Gestão de Contratos e Licitações ministrado pelo professor XXXXXXXX, para XXX servidores do TCE, com carga horária de 30 horas.
Das 15h às 18h	
De 15 a 19/4/2013	4 – CURSO SOBRE GERENCIAMENTO DE PROJETOS/PLATAFORMA CHANNEL Descrição sumária: Curso sobre Gerenciamento de Projetos, aplicado na sala de treinamento da ECP pelo professor Dimitri Campana para 14 servidores do TCE, com um total de 40 horas.
8h às 12h e das 14h às 17h	
De 18 a 19/4/2013	5 – CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA OBRAS E SERVIÇOS COM ÊNFASE NA UTILIZAÇÃO DO RDC DA EDUCAÇÃO E SAÚDE Descrição sumária: Curso sobre Regime Diferenciado de Contratação abordando as áreas da saúde e educação, realizado no Blue Tree Hotel pela JAM JURÍDICA, para 16 servidores do TCE, ministrado pelo professor Jorge Jacoby Fernandes e equipe, com um total de 16 horas.
8h às 12h e das 14h às 17h	
De 22 a 26/4/2013	6 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 4 – GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL Descrição sumária: Cursos sobre Licitações e Contratos administrativos e Execução orçamentária, Financeira e Patrimonial, ministrados pelo auditor Alípio Reis Firmo Filho, no município de Parintins, com apoios dos servidores Clara Belota e Antônio Machado, para 622 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas, com carga horária de 40 horas.
8h às 12h e das 14h às 17h	
De 25 a 26/4/2013	7 – CURSO RETENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS NA FONTE DAS EMPRESAS TERCEIRIZADAS E PESSOAS FÍSICAS) Descrição sumária: Curso sobre Recolhimento Previdenciário por empresas terceirizadas e pessoas físicas, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 55 servidores do TCE, ministrado pelo professor Alexandre Marques, com um
8h às 12h	



e das 14h às 17h	total de 16 horas.
De 22/4 a 2/5/2013	8 – CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO: GESTÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO
Das 15 às 18h	Descrição sumária: Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública – Módulo sobre Gestão de Finanças e Orçamento Público, ministrado pelo professor XXXXXXXX, para servidores do TCE, com carga horária de 30 horas.
Dia 8/5/2013	9 – CURSO SOBRE LIDERANÇA
Das 9h as 17h	Descrição Sumária: Curso sobre Liderança, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 53 servidores do TCE, ministrado pelo professor Vinicius Nejaim, com um total de 8 horas.
De 9 a 10/5/2013	10 – CURSO SOBRE RELACIONAMENTO INTERPESSOAL
Das 9h as 17h	Descrição Sumária: Curso sobre Relacionamento interpessoal, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 55 servidores do TCE, ministrado pelo professor Vinicius Nejaim, com um total de 16 horas.
De 13 a 17/5/2013	11 – CURSO SOBRE CAPACITAÇÃO APLICADA A PLATAFORMA CHANNEL
8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição Sumária: Curso sobre Gerenciamento de Projetos, aplicado na sala de treinamento (informática) da ECP pelo professor Dimitri Campana para 15 servidores do TCE, com um total de 40 horas.
De 13 a 17/5/2013	12 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 2 PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E 3 – ADMISSÃO DE PESSOAL: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E CONCURSO PÚBLICO
8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Previdência Social dos Servidores Públicos e Admissão de Pessoal, ministrados pela instrutora Mônica Eustáchio, com apoio da



	servidora Maria Auxiliadora Bernardo de Matos, no município de Itacoatiara, 120 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade civil, com carga horária de 40 horas.
De 13 a 17/5/2013	13 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 4 – GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Licitações e Contratos administrativos e Execução orçamentária, Financeira e Patrimonial, ministrados pelos servidores Adalberto Silva dos Santos e Carlos Alves da Silva, com apoio do servidor da ECP, Antônio Machado, no município de Parintins, para 80 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas, com carga horária de 40 horas.
De 13 a 17/5/2013	14 – CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO: DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O ESTADO
Das 15h às 18h	Descrição sumária: Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública – Módulo sobre Debate Contemporâneo sobre o Estado, ministrado pelo professor Gilson Gil, para servidores do TCE, com carga horária de 20 horas.
De 20 a 24/5/2013	15 – AUDITÓRIA DE CONTAS PÚBLICAS – ACP - MANAUS
Das 8h30 às 17h	Descrição Sumária: Curso de atualização do ACP Captura, realizado na DITIN, tendo como instrutor o servidor Francisco Artur Melo. Ministrado para um total de 19 (dezenove) servidores dos seguintes órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas, com carga horária de 40 horas: • SEMINF (Secretaria Municipal de Informação); • PMRPE(Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva); • FESPM/FMAS; • FESPM/FMDS (Fundação Municipal de Inclusão Sócioeducacional); • REPRESENTANTE DO AGABINETE DO VICE-PREFEITO DE MANAUS; • SEJUS (SEC. DE JUSTIÇA E CIDADANIA) • SEHAF/PM • PREFEITURA DE URUCURITUBA • CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA • FESPI
De 20 a 24/5/2013	16 – AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS – ACP - PARINTINS
	Descrição Sumária: Curso de atualização do ACP Captura, realizado no Município de Parintins,



Das 8h às 128h e das 14h às 17h	tendo como instrutor o servidor Antônio Carlos de Oliveira Neves Magalhães Jr. Ministrado para um total de 29 (vinte e nove) pessoas dos seguintes órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas: • SAAE • CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS • SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS • PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS • MANAUS ENERGIA • SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO • SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE • CONTROLADORIA • SETOR DE CONTABILIDADE • MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS • MUNICÍPIO DE MAUÉS
Dia 22/5/2013	17 – CURSO SOBRE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS) Descrição Sumária:
Das 8h às 128h e das 14h às 17h	Curso sobre Improbidade Administrativa e os aspectos técnicos e jurídicos, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 52 servidores do TCE, ministrado pelo professor Cláudio Brandão de Oliveira, com um total de 8 horas.
Dia 23 a 24/5/2013	18 – CURSO SOBRE PENALIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Descrição Sumária:
Das 8h às 128h e das 14h às 17h	Curso sobre Penalidades na Administração Pública, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 50 servidores do TCE, ministrado pelo professor Cláudio Brandão de Oliveira, com um total de 16 horas.
De 27 a 28/5/2013	19 – CURSO SOBRE SISTEMA DE ATOS DE PESSOAL - SAP Descrição Sumária:
Das 8h às 128h	Curso sobre Sistema de Atos de Pessoal (SAP), ministrado pelo servidor Alexandre Ribeiro, para 5 (cinco) participantes dos seguintes órgãos Jurisdicionados do Estado do Amazonas, com um total de 8 (cinco) horas.
De 27/5 a 10/6/2013	20 – CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – MÓDULO: METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – ÚLTIMO MÓDULO Descrição sumária:



Das 15h às 18h	Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública sobre o último Módulo em Metodologia do Ensino Superior, ministrado pelo professor Walmir de Albuquerque Barbosa, para servidores do TCE, com carga horária de 40 horas.
De 3/6 a 7/6/2013	21 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 2 – PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E 3 – ADMISSÃO DE PESSOAL: CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Das 8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Previdência Social dos Servidores Públicos e Admissão de Pessoal, ministrados pelo servidor Jairo Aragão, com apoios dos servidores da ECP, Antônio Machado e Gentil Rodrigues, no município de Coari, para 228 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade civil, com carga horária de 40 horas.
De 3 a 7/6/2013	22 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 2 – PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E 3 – ADMISSÃO DE PESSOAL: CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Das 8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Previdência Social dos Servidores Públicos e Admissão de Pessoal, ministrados pela servidora Mônica Eustáquio, com apoio dos servidores da ECP, Cynthia Belém e Clara Belota, no município de Tefé, para 410 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade civil, com carga horária de 40 horas.
De 17 a 21/6/2013	23 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 2 – PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS E 3 – ADMISSÃO DE PESSOAL: CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Das 8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Previdência Social dos Servidores Públicos e Admissão de Pessoal, ministrados pela servidora Kátia Lobo, com apoios das servidoras Clara Belota e Zilma Castro, no município de Tabatinga, para 410 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade civil, com carga horária de 40 horas.
De 17 a 21/6/2013	24 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 4 – LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
Das 8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Licitação e Contratos e Execução Orçamentária, ministrados pelo servidor Adalberto Silva dos Santos, com apoio da servidora Maria Auxiliadora Bernardo de Matos, no município de São Gabriel da Cachoeira, para 80 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade



	civil, com carga horária de 40 horas.
De 17 a 21/6/2013	25 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS JURISDICIONADOS DO ESTADO DO AMAZONAS – MÓDULOS 4 – LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
Das 8h às 12h e das 14h às 17h	Descrição sumária: Cursos sobre Licitação e Contratos e Execução Orçamentária, ministrados pelo servidor Carlos Alves, com apoio da servidor Antônio Machado, no município de Humaitá, para 80 participantes dos órgãos jurisdicionados do Estado do Amazonas e sociedade civil, com carga horária de 40 horas.
De 10 a 14/6/2013	26 – CURSO DE EXCEL AVANÇADO
Das 15h às 18h	Descrição sumária: Curso sobre Excel Avançado, realizado na sala de informática da ECP, ministrado pelo professor Enéas Lyra, para 15 servidores do TCE, com carga horária de 15 horas.
De 10 a 14/6/2013	27 – CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA
Das 15h às 18h	Descrição sumária: Curso sobre Informática Básica, realizado na sala de informática da ECP, ministrado pelo professor Antônio Carlos Dias Muniz, para 10 servidores do TCE, com carga horária de 15 horas.
De 12 a 14/6/2013	28 – CURSO SOBRE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Das 14h às 18h	Descrição sumária: Curso sobre Excelência ao Cidadão, realizado na sala de treinamento da ECP, ministrado pela professora Sônia Pires, para 15 servidores do TCE, com carga horária de 12 horas.
De 26 a 28/6/2013	29 – CURSO SOBRE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
Das 8h às 12h e das 13h às 17h	Descrição sumária: Curso sobre Penalidades na Administração Pública, realizado no Quality Hotel, pela JAM JURÍDICA, para 50 servidores do TCE, ministrado pelo professor Paulo Henrique Feijó da Silva e Fernando Carlos Cardoso Almeida, com um total de 24 horas.



11. SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Geral de Administração (SEGER), subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal, tem por finalidade:

- *dar apoio administrativo à Direção-Geral, ao Corpo Deliberativo e ao Ministério Público;*
- *planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessários ao funcionamento do Tribunal.*

A Secretaria Geral de Administração é dirigida por um Secretário-Geral, bacharel em Direito, Contabilidade, Administração ou Economia, de livre nomeação do Presidente do Tribunal e constituída das seguintes Diretorias, Departamentos e Comissões:

I – Diretoria de Recursos Humanos - DIRH, composta por:

- a) Departamento de Gestão Estratégica – DEGESP*
- b) Departamento de Pessoal e Documentação – DEPED,*
- c) Divisão de Serviços da Saúde – DIVSA*
- d) Divisão de Serviços Odontológicos – DIVDONT*
- e) Divisão de Assistência Social - DIVAS*

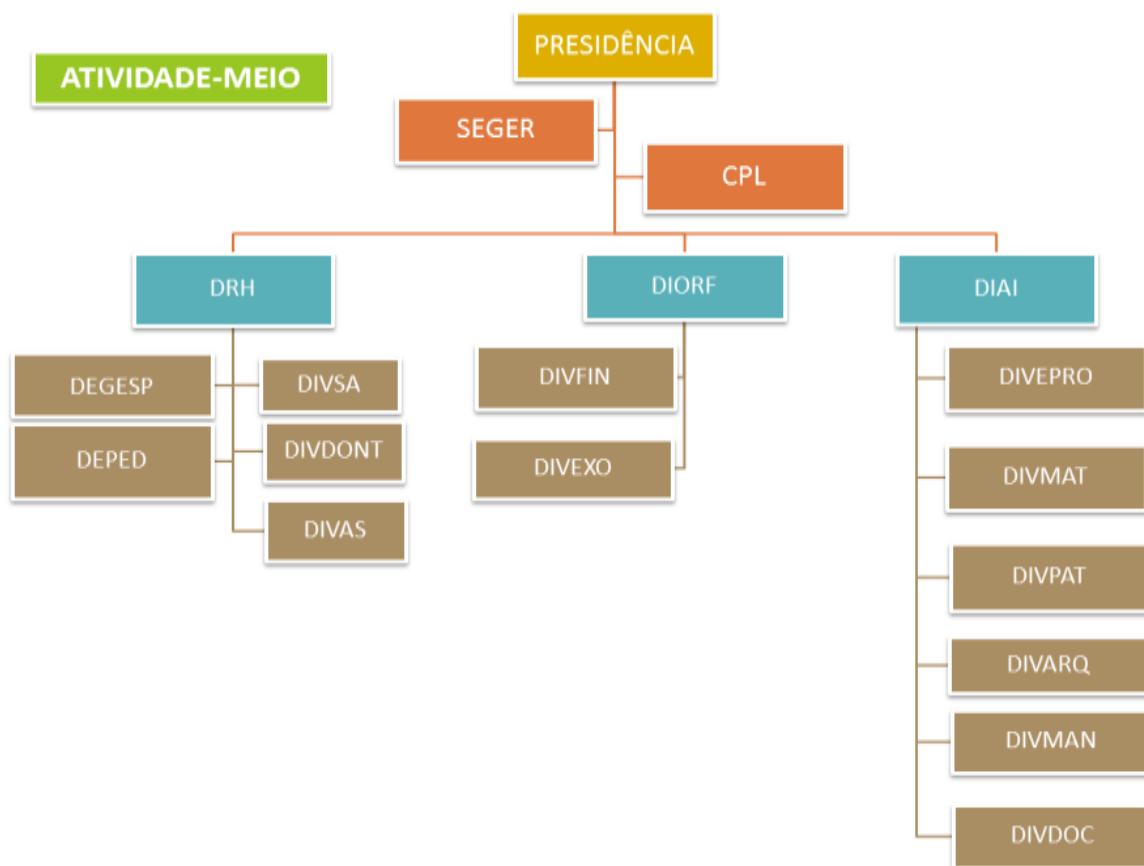
II – Diretoria de Administração Orçamentária e Financeira, composta por:

- a) Divisão de Finanças – DIVFIN*
- b) Divisão de Execução Orçamentária – DIVEXO*

III – Diretoria de Administração Interna – DIAI, composta por:

- a) Divisão de Expediente e Protocolo – DIVEPRO*
- b) Divisão de Material – DIVMAT*
- c) Divisão de Patrimônio – DIVPAT*
- d) Divisão de Arquivo – DIVARQ*
- e) Divisão de Manutenção – DIVMAN*
- f) Divisão de Biblioteca e Documentação - DIVDOC*

VI – Comissão Permanente de Licitação:



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SEGER
2º TRIMESTRE – 2013**

MOVIMENTO DE CORRESPONDÊNCIA	
OFÍCIOS EXPEDIDOS	210
OFÍCIOS RECEBIDOS	21
MEMORANDOS EXPEDIDOS	14
MEMORANDOS RECEBIDOS	370
MEMORANDO CIRCULAR EXPEDIDO	0
OFÍCIO CIRCULAR EXPEDIDO	0
REQUERIMENTOS RECEBIDOS	466
PARECERES	01
DOCUMENTOS DIVERSOS	23
DESPACHOS DE VIAGEM	77
DESPACHOS DE ADIANTAMENTO	64
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS RECEBIDA	0
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS EXPEDIDA	09
INFORMAÇÃO RECEBIDA	02
CORRESPONDÊNCIAS (OFS/NOTS/INTIM/DOCS DIV)	6.826
TOTAL	8.083



MOVIMENTAÇÕES DIVERSAS	
DESPACHOS DE HOMOLOGAÇÃO	05
DESPACHOS DE INEXIBILIDADE	51
DISPENSA DE LICITAÇÃO	02
EXTRATO TERMO DE CONTRATO	12
AVISOS DE LICITAÇÃO/PREGÃO	08
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO	16
EXTRATOS DE TERMO DE CONVÊNIO	02
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO	0
TERMO DE APOSTILAMENTO	0
PORTARIAS	16
EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS	0
EXTRATO TERMO DE CESSÃO	0
TOTAL	113

Fonte: SEGER

12. CONTROLE INTERNO

A Diretoria de Controle Interno (DCOI) é subordinada diretamente ao Presidente do Tribunal com suporte administrativo da Secretaria Geral de Administração (SEGER), tendo por finalidade:

- I - acompanhar a execução do orçamento do Tribunal em todos os aspectos e fases de realização da despesa;*
- II - desempenhar atividades de controle e proteção do seu patrimônio;*
- III - acompanhar e verificar a comprovação da legalidade e da regularidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal;*
- IV - executar todos os procedimentos pertinentes às funções de auditoria interna;*
- V - representar ao Presidente do Tribunal, em caso de ilegalidade ou irregularidade que constatar;*
- VI - analisar os documentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis e emitir parecer sobre as contas anuais e as operações do Tribunal;*
- VII - examinar e verificar as movimentações de recursos e a regular guarda de bens e valores do Tribunal;*

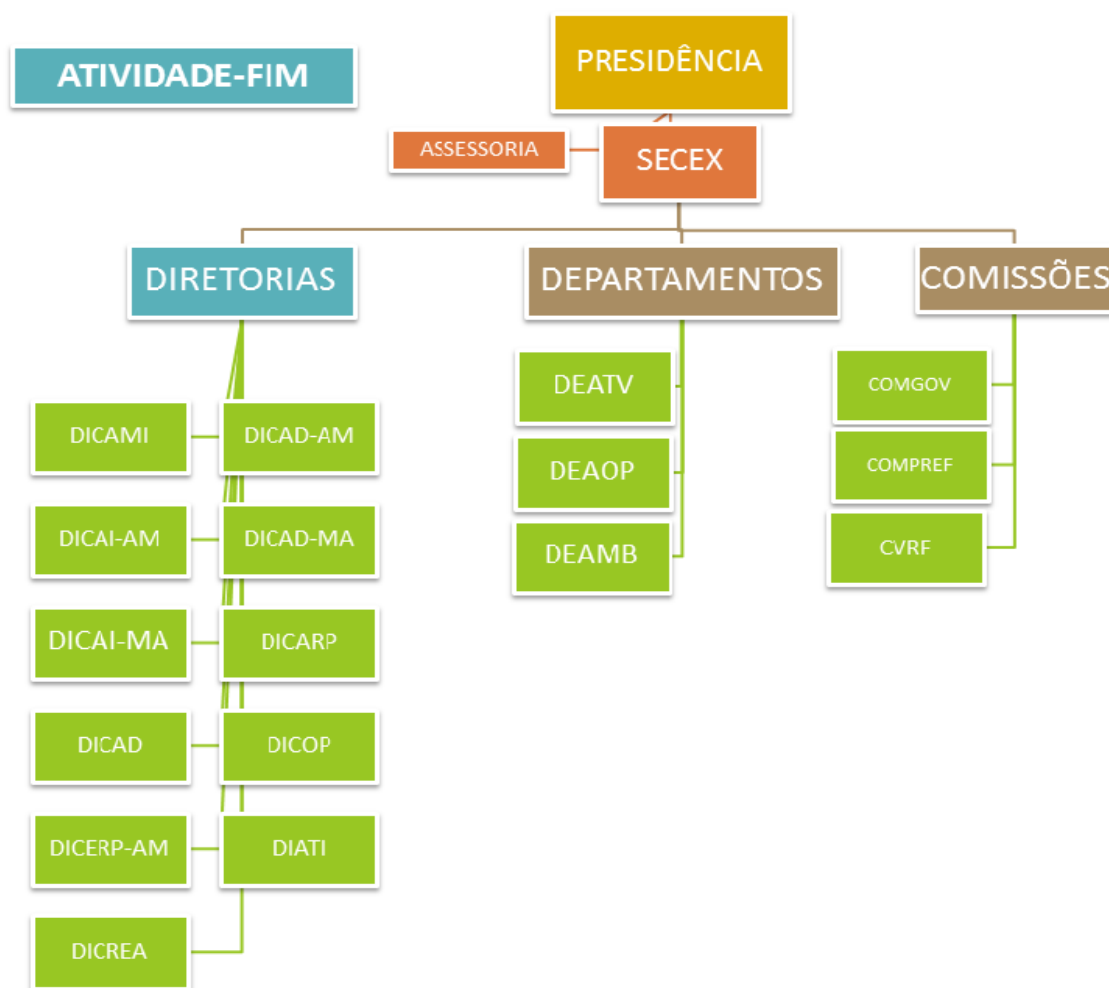


VIII - receber ou tomar as contas dos responsáveis pelo almoxarifado e pelos adiantamentos dados pelo Tribunal;

IX - desempenhar outras funções determinadas, no âmbito de sua competência, pelo Presidente ou pelo Tribunal Pleno.

13. CONTROLE EXTERNO

A Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX) é a unidade básica incumbida do planejamento e execução das atividades de controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado e tem por finalidade planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades técnicas executivas e de apoio técnico, representada pelas suas Secretarias e Departamento, necessárias ao desempenho das atribuições de controle e fiscalização, e é composta, naquilo que pertence a atividade fim do TCE, das seguintes Diretorias:



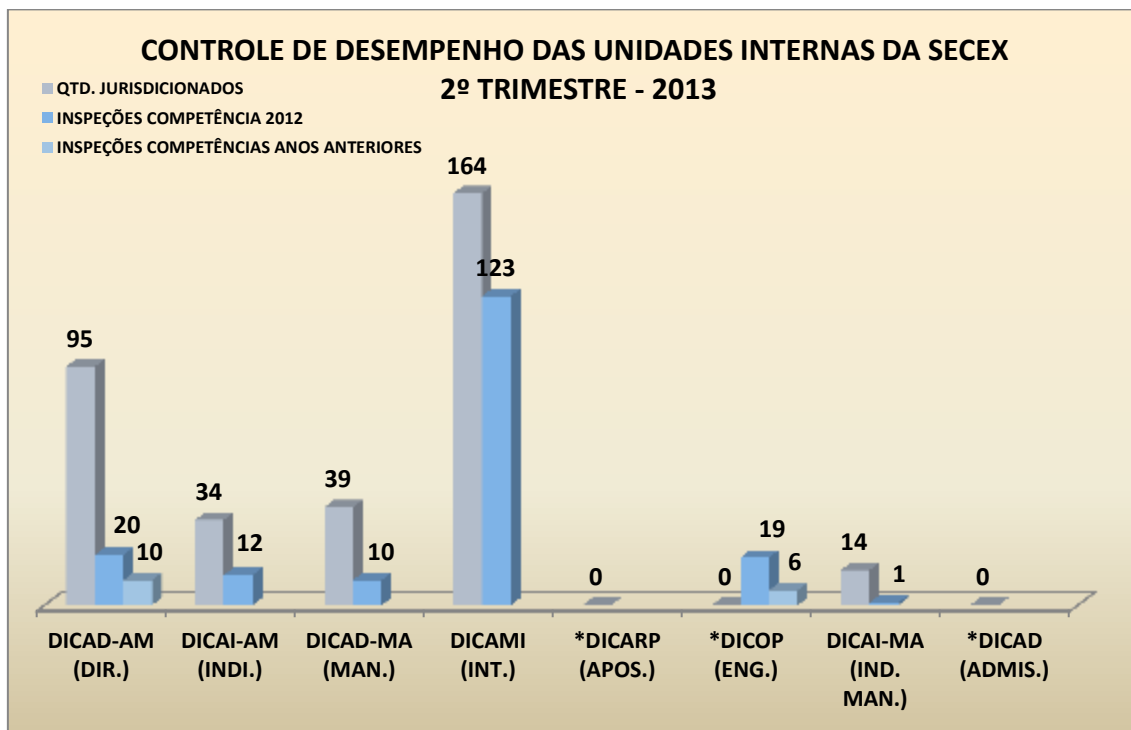


- *Diretoria de Controle Externo de Administração Direta Estadual – DICAD-AM;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta Estadual – DICAÍ-AM;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração Direta do Município de Manaus – DICAD-MA;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração Indireta do Município de Manaus – DICAÍ-MA;*
- *Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior – DICAMI;*
- *Diretoria de Controle Externo de Admissões - DICAD*
- *Diretoria de Controle Externo de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DICARP;*
- *Diretoria de Controle Externo de Arrecadação, Renúncias e Subvenções – DICERP;*
- *Diretoria de Controle Externo de Auditoria de Tecnologia da Informação – DIATI;*
- *Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas – DICOP;*
- *Departamento de Análise e Transferências Voluntárias – DEATV;*
- *Departamento de Auditoria Operacional – DEAOP;*
- *Departamento de Auditoria Ambiental – DEAMB;*
- *Comissão de Análise das Contas do Governo do Estado do Amazonas;*
- *Comissão de Análise das Contas do Prefeito Municipal de Manaus;*
- *Comissão de Verificação de Responsabilidade Fiscal.*

Os quadros a seguir demonstram as Atividades da SECEX, através de suas Secretarias.



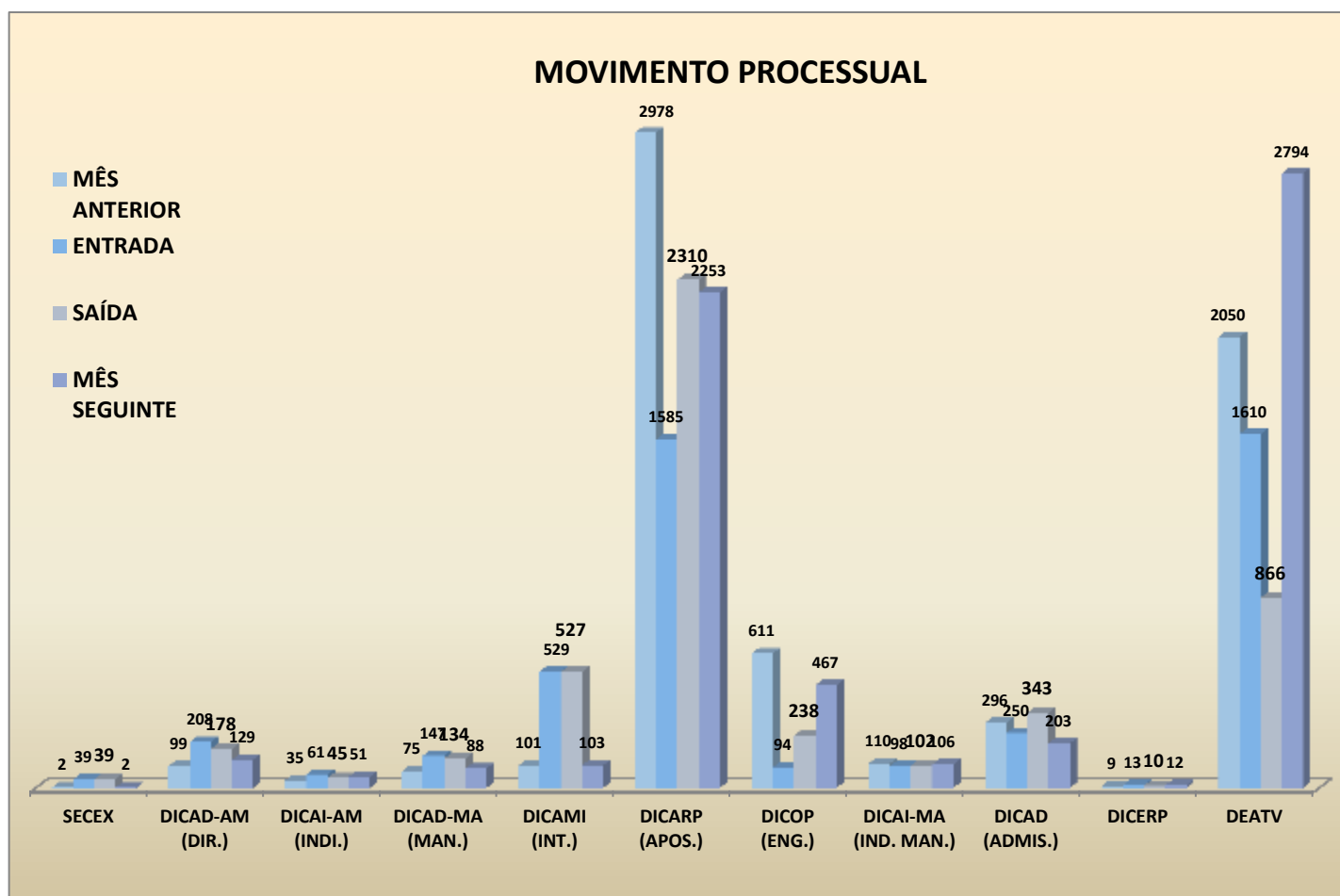
CONTROLE DE DESEMPENHO DAS UNIDADES INTERNAS DA SECEX - 2º TRIMESTRE - 2013			
DIRET. E DEPART.	QTD. JURISDICIONADO S	INSPEÇÕES COMPETÊNCI A 2012	INSPEÇÕES COMPETÊNCI S ANOS ANTERIORES
DICAD-AM (DIR.)	95	20	10
DICAI-AM (INDI.)	34	12	-
DICAD-MA (MAN.)	39	10	-
DICAMI (INT.)	164	123	-
*DICARP (APOS.)	0	-	-
*DICOP (ENG.)	0	19	6
DICAI-MA (IND. MAN.)	14	1	-
*DICAD (ADMIS.)	0	-	-
TOTAL	346	185	16
* Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e do Interior			



Fonte: SECEX



MOVIMENTO PROCESSUAL				
SETOR	MÊS ANTERIOR	ENTRADA	SAÍDA	MÊS SEGUINTE
SECEX	2	39	39	2
DICAD-AM (DIR.)	99	208	178	129
DICAI-AM (INDI.)	35	61	45	51
DICAD-MA (MAN.)	75	147	134	88
DICAMI (INT.)	101	529	527	103
DICARP (APOS.)	2978	1585	2310	2253
DICOP (ENG.)	611	94	238	467
DICAI-MA (IND. MAN.)	110	98	102	106
DICAD (ADMIS.)	296	250	343	203
DICERP	9	13	10	12
DEATV	2050	1610	866	2794
TOTAL	6366	4634	4792	6208





RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2º TRIMESTRE - 2013

RESUMO DO MOVIMENTO DE EXPEDIENTES ÁREA MEIO - SECEX 2º TRIMESTRE - 2013				
NATUREZA	RECEBIDOS	DESPACHADOS	EXPEDIDOS	PRODUÇÃO TOTAL
Memorando	225	214	173	387
Memorando Circular	6	5	6	11
Ofícios Diversos	115	111	223	334
Ofícios Circular	5	5		5
Outros	33	28	2	30
Informação Expediente	36	36	2	38
Requerimento	115	115		115
Relatório	2	2	2	4
Exposição de Motivos	5	5	8	13
Portaria de Inspeção Ord.	-	-	68	68
Portaria de Inspeção Ext.		-	1	1
Ofício/Spede		-	96	96
Certidão	8	26	89	115
Pedido de Adiantamento			94	94
Ofícios Insp. Ordinária			173	173
Ofícios Insp. Extraordinária			1	1
Portaria/Spede			13	13
TOTAL	550	547	951	1498

Fonte: SECEX



14. ARQUIVAMENTO

Para melhor esclarecer a quantidade de processos arquivados pela DIVARQ, apresentamos um quadro comparativo com o número de autuações realizadas pela DIVEPRO, nos termos a seguir:

- ✓ No 2º trimestre de 2013, foram autuados **2.062** processos de diversas origens e naturezas, a serem objeto de análise pelo Corpo Técnico da Casa. Neste mesmo período foram arquivados **3.374** processos, conforme o quadro abaixo:

DIVARQ	Movimentação	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
	Total de Processos Arquivados	1.222	1.142	1.010	3.374
	Total de Processos Expedidos	259	250	98	607
	Total de Consultas no Arquivo	1.500	1.600	1.100	4.200

15. CONCLUSÃO

Este Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresentado em nova estrutura, objetivou, principalmente, dar transparência às ações desta Corte de Contas aos jurisdicionados e à sociedade como um todo.

Tal prática propicia, ainda, ao corpo diretivo, através dos dados e informações reunidos neste relatório, a avaliação interna das atividades e a produtividade dos diversos setores que compõe a estrutura deste órgão, possibilitando, assim, o aprimoramento dos serviços prestados.

Diante do exposto e do apresentado, resta claro que o TCE/AM avança mais um passo na melhoria no desempenho de suas funções visando, primordialmente, a qualidade na defesa do interesse público.

